

ECONOMIA, POLÍTICA E IDEOLOGIAS

NOTAS SOBRE NEOLIBERAIS, KEYNESIANOS E CEPALINOS

Reginaldo C. C. de Moraes

Deptº de Ciência Política do IFCH/UNICAMP

Apresentação

Este caderno* é composto de três breves notas:

- 1. Filosofemas que têm conseqüências – a escola austríaca e Keynes diante da especulação e da incerteza sistêmica.*
- 2. Democracia e mecanismos alocadores de recursos – breve nota sobre os termos do problema*
- 3. Celso Furtado, a Cepal e a nova ordem mundial*

* Resultado parcial de pesquisa apoiada pelo CNPq entre fevereiro de 1997 e fevereiro de 1999.

Na primeira dessas notas, a partir da teoria neoliberal – aqui, mais especificamente, o da chamada escola austríaca, de von Mises e Hayek – discutimos de que modo os mercados intertemporais – como o mercado de futuros, por exemplo – buscam contornar o risco e a incerteza, para produtores-fornecedores e compradores-usuários. Em contrapartida, a leitura de Keynes e o exame de experiências práticas deste século ajudam a pensar outras respostas (complementares e/ou alternativas) já historicamente aventadas para esse mesmo problema.

Esse tipo de reflexão ganha ainda mais atualidade, quando se evidencia o aspecto problemático e instabilizador da primeira “solução”, tão festejada nos últimos anos. Refiro-me à existência de um mercado financeiro desregulamentado e de moedas virtuais que estão vinte e quatro horas no ar graças às maravilhas da eletrônica. As perguntas que sugere o final da nota (e apenas sugere) são as seguintes: atualmente – com as mutações e limites impostos aos estados nacionais – resta algum espaço para algo como o planejamento indicativo, o New Deal, as câmaras setoriais, as políticas industriais, etc.? Ou será que análogos ou sucedâneos de tais procedimentos têm de ser pensados, agora, em uma estratégia que compreenda, desde logo, um nível internacional?

O segundo escrito tem como ponto de partida a *Introdução à análise econômica*, o celebrado livro-texto de Paul Samuelson, fundado numa afirmação basilar: toda sociedade precisa resolver um problema sintetizado em 3 perguntas – o que produzir, como e para quem. A partir dessa questão, as sociedades atuais do ocidente são definidas como economias mistas – nas quais o problema é equacionado (e resolvido) por dois grandes algoritmos: o mercado, ou sistema de pre-

ços, e o aparato de decisão política (cujo modelo puro é o voto). Aproximamos essa reflexão da também famosa análise de Kenneth Arrow (em *Social Choice and Individual Values*), que também alega partir de uma reflexão originária sobre os mecanismos basilares de “toda e qualquer sociedade”, ou, mais precisamente, dos modos pelos quais todo e qualquer agrupamento humano deveria constituir e/ou selecionar suas normas e diretrizes de vida. Sugerimos que se deve perguntar, em primeiro lugar, se não temos dois mecanismos decisórios e alocadores, mas três. A exata compreensão teórica da sociedade em que vivemos – bem como das alternativas práticas que podemos ter diante de nós – parece-nos exigir que se reponha em questão esse esquema dual de Samuelson (que aliás parece uma herdeira “técnica” da dicotomia entre sociedade civil e estado, tal como forçada pelo pensamento liberal) bem como sua bárbara interpretação, ainda mais reclusora, proposta pela assim chamada New Right. Mas exige recolocar também em questão os conceitos de estado e democracia com os quais têm operado muitos estudiosos da ciência política.

O terceiro texto, por sua vez, reproduz uma intervenção do autor no V Congresso da Solar (Sociedade Latino-Americana de Estudos sobre América Latina e Caribe), em 31 de março de 1996. Discute a atualidade das doutrinas cepalinas na era da “mundialização” e pergunta o que resta do pensamento da Cepal quando o retiramos da moldura histórica em que se constituía (e que, por outro lado, contribuiu para constituir).

Pensados fora dessa história, talvez os cepalinos pudessem ser tomados como Quixotes: combatem moinhos de vento e pagam o preço de não perceber o quanto mudaram os tempos. Mas há uma outra

figura literária que também lhes cabe: a de Cassandra, figura ainda mais necessária quando o excesso de sorrisos no rosto de governantes ilustrados parece muito menos a confiança da razão e muito mais a arrogância do poder conquistado a qualquer preço. A leitura das cassandras cepalinas tem ainda grande utilidade. Não para que adotemos as soluções e programas que preconizavam. Mas para examinar como souberam fazer as perguntas certas e reconhecer problemas onde a ortodoxia enxergava certezas.

DEMOCRACIA E MECANISMOS ALOCADORES DE RECURSOS – BREVE NOTA SOBRE OS TERMOS DO PROBLEMA

Introdução à análise econômica, o celebrado livro-texto de Paul Samuelson, foi (ou ainda é) o catecismo das classes escolares de economia há várias décadas. Nele se fundamenta a exposição da doutrina em uma afirmação basilar: toda sociedade precisa resolver um problema sintetizado em 3 perguntas – o que produzir, como e para quem. A partir daí, descrevem-se as sociedades atuais do ocidente como economias mistas – nas quais o problema é equacionado (e resolvido) por dois grandes algoritmos: o mercado, ou sistema de preços, e o aparato de decisão política (cujo modelo puro é o voto). Estes são, digamos assim, os sujeitos da gramática econômica, os seres que praticam a ação. Nesse argumento, correspondendo ao predicado, há dois tipos de bens, objetos sobre os quais se decide. Os primeiros, bens de consumo privado, podem ter suas preferências (respostas às 3 inarredáveis questões acima mencionadas) reveladas pelo ato da compra: os movimentos do sistema de preços revelam aquilo que não podemos ler diretamente. As inclinações da alma – desejos e escalas de preferências – são visualizadas pelas inclinações das curvas e desse modo o mundo humano pode ser, em grande medida, compreendido pela mágica do cálculo infinitesimal.¹

¹ Stanley Jevons asseverava que os “sentimentos do coração humano” talvez nunca pudessem ser medidos diretamente, mas garantia que é essa ordem dos sentimentos que está efetivamente *debaixo* do comportamento dos indi-

O que podemos observar são os negócios que efetivamente se concretizam – realização limitada de um pregão ideal, em que os indivíduos têm em princípio todas as informações diante dos olhos, para ajustar seus recursos e os usos que deles fazem. Neste quadro das escolhas entre penas e fruções, entrevemos as escalas de preferências dos consumidores, os índices de abstinência admitidos pelos investidores, a oscilação das *expectativas*, a *confiança* no risco, a *crença* na estabilidade, as *apostas* na crise, e outros “sentimentos do coração humano” que não podemos medir diretamente. Registrando o movimento das mercadorias, do dinheiro, dos atos de produção e consumo – cujo quadro expositor mais visível é o sistema de preços – poderíamos então conhecer indiretamente aquilo que Marshall chamaria de “inclinações do espírito” (MARSHALL, A. *Princípios de Economia*. São Paulo, Abril Cultural, 1982, p.34). Insisto: não são casuais as ocorrências das noções de tendência, limite, margem e inclinação. Jevons compara as leis de troca com as leis de equilíbrio (da alavanca) e, também, as “minúsculas quantidades de prazer e sofrimento” com as “indefinidamente pequenas quantidades de energia” (JEVONS, ed.cit., p.4). Cf. igualmente (pp.30-31) as passagens a respeito da necessidade de simbolização matemática e aplicação do cálculo diferencial.

No caso dos bens públicos as paixões da alma – isto é, a intensidade e o lado para qual elas se inclinam – seriam evidenciadas, ou-

víduos na indústria e no comércio, comportamento este sim observável: “é o montante desses sentimentos que está nos induzindo a comprar e vender, tomar emprestado e emprestar, trabalhar e repousar, produzir e consumir, e a partir desses efeitos quantitativos dos sentimentos que devemos estimar seus montantes comparativos” (JEVONS, W. Stanley. *A Teoria da Economia Política*, São Paulo, Abril Cultural, 1983, p.33).

tramente, por um quasi-mercado: os processos políticos de deliberação, como o voto. Repare-se que no primeiro caso a escolha (eleição) era revelada por um simulacro do voto ou referendo (na metáfora neoliberal extremada de von Mises, o verdadeiro e legítimo referendo, usurpado pelo falso, o da democracia política): cada consumidor vota com um numero incerto de cédulas e desse modo determina o que a sociedade vai ser, para onde vai se inclinar a configuração produtiva, isto é, quantos efetivamente virão a ser aqueles cervejeiros e açougueiros do célebre universo mercantil smithiano. Compra literal, votação metafórica. No caso dos bens públicos, analogamente, mas invertendo os termos, teríamos um simulacro do mercado (uma quasi-demanda) e um real processo de votação.

Durante muito tempo, o mundo das nações ocidentais pareceu comportar-se, nos fatos, com a mesma elegância e harmonia do modelo teórico exposto no manual acadêmico – sobretudo nos chamados 30 anos gloriosos do pós-guerra. Contudo, desde longe, como dissemos, os liberais extremados vinham denunciando o caráter usurpador das decisões políticas (o segundo revelador de Samuelson) e as virtudes do mercado, supostamente mais eficiente, justo e, enfim, mais democrático mesmo.

Em 1951, K. Arrow teria fornecido – malgré lui, ao que parece – uma prova lógico-algébrica para o argumento liberal, com o seu teorema da possibilidade – a rigor, demonstração da impossibilidade de agregação das preferencias individuais numa escolha coletiva, a não ser por métodos ditatoriais. É importante notar que, não por acaso, a análise Arrow também alega partir de uma reflexão primeira sobre os mecanismos basilares de “toda e qualquer sociedade” (reflexão que aparece no inicio de seu livro), ou, mais precisamente, dos modos pe-

los quais todo e qualquer agrupamento humano deveria constituir e/ou selecionar suas normas e diretrizes de vida.²

É assim curioso o destino que teve o esquema binário de Samuelson, a combinação (virtuosa, a seu ver, mas viciosa na visão de Arrow) dos dois mecanismos de decisão. É desse estrito dualismo – submetido agora à condenação “técnica” por Arrow – que os neoliberais contemporâneos farão derivar sua pregação favorável a uma espécie de fundamentalismo de mercado: a necessidade de destruir (ou limitar muito severamente) o segundo sistema (o voto sobre bens públicos) em proveito de uma expansão (ou, idealmente, até mesmo uma exclusividade) do segundo alocador, o dos mecanismos deliberativos do mercado.

Contudo, o que se deve perguntar, em primeiro lugar, é se não temos dois mecanismos decisórios e alocadores, mas três. Para entender tal necessidade, tragamos à mente, de novo, a afirmação de

² ARROW, Kenneth J. – *Social Choice and Individual Values* – John Wiley & Sons, NY, 1963, 2a. ed. “Numa democracia capitalista, há essencialmente dois métodos pelos quais as escolhas sociais podem ser feitas: o voto, tipicamente usado para tomar decisões “políticas”, e o mecanismo de mercado, tipicamente usado para tomar decisões “econômicas”. Nas democracias emergentes com sistemas econômicos mistos, Grã-Bretanha, França e Escandinávia, os mesmos dois modos de fazer escolhas sociais prevalecem, embora um escopo maior seja dado ao método do voto e a decisões baseadas direta ou indiretamente nele e menor escopo ao domínio do mecanismo de preços.(...) Os métodos do voto e do mercado (...) são métodos para amalgamar as preferências de muitos indivíduos na formação das escolhas sociais. (...) o presente estudo focaliza apenas os aspectos formais da questão acima. Isto é, perguntamos se é formalmente possível construir um procedimento para passar de um conjunto de preferências individuais conhecidas para um padrão de processo decisório social, exigindo-se que o procedimento em questão satisfaça certas condições naturais”.

Samuelson, segundo a qual toda sociedade econômica precisa responder às três perguntas capitais: o que, como e para quem produzir. Os procedimentos para a tomada de decisão conduziram portanto a determinada agregação de preferências (transformação das múltiplas preferências individuais em coletivas) e, em seguida, a uma correspondente alocação e distribuição dos recursos.

Vejamos agora por que dissemos ser necessário supor a existência de três diferentes mecanismos decisórios e não dois. Nas sociedades democrático-liberais do século XX, uma implicação política do princípio do governo ativo³ foi, de facto, a construção – em paralelo ou competindo entre si, complementares ou concorrentes – de três mecanismos para a tomada de decisão, a alocação e distribuição recursos e a agregação de preferências (transformação das múltiplas preferências individuais em coletivas): a democracia parlamentar, o mercado, e um complexo de associações intermediárias (corporações, conselhos técnicos, sindicatos, etc.).⁴ São três, e não apenas dois como frequentemente apontam os autores liberais mais ortodoxos (de H. Spencer a M. Friedman) ou mesmo autores situados em diferente espectro ideológico.⁵

³ A fórmula remete ao último capítulo de conhecido livro de Shonfield (*Capitalismo moderno*).

⁴ Com esta afirmação estamos apontando para um problema diferente, ainda que não desligado, de um tema nada menos do que milenar, que diz respeito à origem das instituições sociais (a natureza, o costume, a deliberação intencional). Ver a respeito: MURPHY, James Bernard – “The kinds of order in society”, em Mirowski, Philip (ed), *Natural Images in Economic thought*, Cambridge University Press, 1994, pp. 536-582.

⁵ Ver por exemplo a introdução do livro de Adam Przeworsky – *Estado e Economia no Capitalismo*, ed. Relume Dumará, R.Janeiro, 1995.

Para cada um desses mecanismos, configurou-se também um tipo particular de soberania. A democracia política responde por seus atos diante de indivíduos votantes. As corporações representam e dão voz a interesses organizados. O mercado é o mundo em que mandam o soberano consumidor e o soberano investidor. É certo que também se pode apontar para diferentes graus e modos de legitimação, para cada um desses três mecanismos.

A compreensão redutora (binária) dos mecanismos extra-mercado viabiliza e torna certamente mais crível o ataque neoliberal. Ao mesmo tempo, esta ofensiva, quando sai da doutrina e chega à prática política (o caso paradigmático é o tatcherismo), revela tanto a pobreza da redução quanto o caráter bárbaro e primitivo (fundamentalista, afinal) das soluções propostas.

A concepção teórica que orientou a destruição neoliberal do Estado – tenhamos na mente o caso do tatcherismo – tendia a ver as corporações e arranjos sociais como subproduto (tentáculos, para utilizar a metáfora monstruosa que preferia) do Estado de bem-estar moderno. Pode-se hoje observar⁶ que tal ofensiva política, pretendendo revolver a velha ordem “corporativista-estatista”, quase que destruiu alguns dos pilares fundamentais da velha sociedade e viu a necessidade (não verbalizada, necessariamente) de construir um sucedâneo – um Quango state que, de modo paradoxal, condensaria exatamente o

⁶Como o fazem até ex-neoliberais, como John Gray, hoje duro crítico de Hayek e do tatcherismo. Ver seu *Endgames – questions in late modern political thought*, Polity Press, 1997, Cambridge -UK.

que havia de mais perverso nos sistemas corporativos anteriores (ilegitimidade, instabilidade, ineficiência, corrupção, etc.).⁷

Quando dizemos que se deve expor e examinar com cuidado os nossos três alocadores, isto significa que o terceiro NÃO pode ser visto como mero subproduto ou diferenciação interna do segundo.

A exata compreensão teórica da sociedade em que vivemos – bem como das alternativas práticas que podemos ter diante de nós – exige repor em questão e tentar superar o esquema dual de Samuelson (que aliás parece uma herdeira “técnica” da dicotomia entre sociedade civil e estado, tal como forçada pelo pensamento liberal) bem como sua bárbara interpretação, ainda mais redutora, proposta pela assim chamada New Right. Mas exige recolocar também em questão os conceitos de estado e democracia com os quais têm operado os estudiosos da ciência política e dentro de cujos limites têm se esgotado a vida e a imaginação dos homens puramente homens.

⁷ Além do livro de Gray acima referido, ver o número especial de *Political Quarterly* editado por Paul Hirst – *Reinventing Democracy*. Ver ainda, de Hirst, *From statism to pluralism – democracy, civil society and global politics*, UCL Press, London, 1997.



FILOSOFEMAS QUE TÊM CONSEQÜÊNCIAS – A ESCOLA AUSTRÍACA E KEYNES DIANTE DA ESPECULAÇÃO E DA INCERTEZA SISTÊMICA

É central na chamada escola austríaca de economistas – de Mises e Hayek – uma ênfase “epistemológica”, ou seja, a afirmação de que os rumos da sociedade humana dependem da consideração do conhecimento legítimo e do modo de obtê-lo. Daí pretendem fazer derivar todos os seus grandes temas distintivos: a teoria subjetivista do valor e das preferências, o individualismo metodológico, a ênfase sobre o papel dos propósitos e intenções na explicação das ações humanas, a análise de corte lógico (ou praxeológico) predominando sobre os modelos matemáticos.

A existência humana é enquadrada, pelos austríacos, a começar por von Mises, em um espaço de três dimensões. As duas primeiras: o mundo externo dos fenômenos e o mundo interno dos sentimentos e valores. A ação humana – deliberada, voltada para objetivos (adequando os meios do mundo exterior e os fins que emergem do interior da alma) – conecta esses dois primeiros eixos e produz uma terceira ordem: as instituições sociais, resultados de ações deliberadas e descentralizadas mas que não podem ser pensadas (exatamente pelo fato da descentralização) como algo que nasce de um desígnio, de um projeto.⁸

⁸ A formulação hayekiana está longe de qualquer originalidade. A idéia poderia ser rastreada longinquamente. A própria frase, por outro lado, remete piamente ao iluminismo escocês, mais exatamente ao Adam Ferguson de *An Essay on the History of Civil Society* (1767).

A economia dos austríacos insiste na noção de escolha ou decisão individual. Os demais conceitos da ordem social são definidos a partir dessas intenções e crenças, elementos basilares que orientam e dirigem a ação individual.

A rigor, para os austríacos, no terreno econômico – isto é, no terreno em que se formam os juízos e se desencadeiam as ações (escolhas) – seria impensável um conhecimento dedutivo-experimental, nomológico, acumulável, registrável e re-utilizável. Os eventos econômicos relevantes (isto é, aqueles que dirigem efetivamente as escolhas descentralizadas) são únicos, são específicos daquele tempo e lugar. Ganham sentido apenas a partir da posição do agente (e daquele agente naquele momento: o mesmo indivíduo não existe duas vezes), este agente que os vê, interpreta (avalia seu sentido e dimensão) e usa (escolhe, decide, age).

Assim, não pode existir, propriamente, conhecimento experimental e mensurável dos fenômenos econômicos relevantes (os que explicam a ação humana), já que os “dados” não estão disponíveis para observação direta. A rigor, não podem sequer *existir* nesta forma, nesta dimensão da existência – são fenômenos, fatos para o agente, presentes apenas na sua mente, e não coisas em si, ou fatos disponíveis para uma espécie de observador transcendental. A economia, para os austríacos, é uma ciência lógica, não experimental – ciência da ação humana. Melhor dizer ainda: ciência lógica porque trata com “arsenais de informações” (que contudo ainda chama pelo nome de indivíduos) e das proposições que derivam desses arsenais.

Outros conceitos dependem desse fundamento, a escolha, a decisão individual basilar. Veja-se, por exemplo, a noção de valor. Uma coisa tem mais ou menos valor do que outra apenas se e quando

o indivíduo pode escolhê-la. Um bem só tem “valor” se efetivamente visado por uma ação individual; ou só se transforma em um meio, recurso, quando assim é visto pelo indivíduo. O valor é sempre algo “relativo a”, tem como referência definidora o universo individual e não um eventual parâmetro objetivo, exterior a esse indivíduo. Um fim escolhido é sempre o resultado de uma ação tal como vista e avaliada pelo agente, e só por ele.

Qual a natureza do conhecimento envolvido no processo de mercado? O assim chamado “problema econômico” diz respeito à definição, necessariamente individualizada, das preferências e dos meios de realizá-las. É certo que o conhecimento necessário para a solução desse problema inclui em alguma medida o conhecimento científico (codificável, armazenável e transmissível). Mas depende também e sobretudo do conhecimento contextual, “knowledge of the particular circumstances of time and place”, para usar a famosa expressão de Hayek.

O modelo neoliberal do mercado diverge, em alguns aspectos, do desenho neoclássico walrasiano – em particular na definição do equilíbrio. Hayek supostamente teria rompido com a idéia de equilíbrio já na metade dos anos '30, até porque verificava, com pesar, que o modelo walrasiano fora apropriado por socialistas e adeptos da planificação em geral.⁹ Parece-nos duvidoso que sua teoria social pudesse abrir mão desse suposto, de modo completo – discussão que contudo nos desviaria do que estamos discutindo. Em todo caso, é certo que Hayek conserva uma imagem decisiva do sistema walrasiano: o mun-

⁹ Tendência personificada em O. Lange, sobretudo. Aparentemente, o tateamento do mercado e a figura do comissário, de Walras, poderiam ser substituídos pelo labor de uma comissão planejadora bem dotada.

do é um grande leilão de ofertas e demandas.¹⁰ O mercado é a coordenação das ações dos indivíduos, dirigidas pelos juízos de valor destes últimos (suas preferências). Os preços de mercado dizem aos produtores o que produzir e em qual quantidade.¹¹

Nesse leilão, a informação a que se tem acesso dirige os atos de ofertantes e compradores. E esse informação diz respeito ao futuro, tal como imaginado e projetado, e ao passado, tal como conhecido (ou como se imagina conhecer).

Os preços são “portadores” e quadros sinópticos dessas informações sobre bens e recursos disponíveis (ofertados no mundo-leilão): quais estão disponíveis, a escassez relativa de cada um deles, de modo que o agente pode decidir qual deles “vale a pena” e qual a “escala de preferências” alternativa que deve definir, isto é, como deve reescalonar prioridades diante do comportamento continuamente mutante de seus parceiros-interlocutores-competidores.

Esta é, evidentemente, uma imagem estilizada do mercado, uma estilização em que os participantes do leilão estão no mesmo espaço, vendo e ouvindo, em tempo real, as ofertas e demandas de todos os demais. Mas, para além dessa estilização, há mercados interspaciais. Nestes últimos, a figura dos mercadores-intermediários surge como uma espécie de sucedâneo (substitutos reais, empíricos, historicamente identificáveis) de dispositivos (imaginários) de direta comunicação entre participantes do leilão, dispositivos que permitem

¹⁰ Ver, de L. Walras, os parágrafos 41 e 42 do seu *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*.

¹¹ Nota: Como se sabe, a formulação mais sintética e franca dessa fórmula está no *Ação Humana* de von Mises; ver por exemplo seu cap. XV – *O mercado*.

que cada um saiba o que está disponível nesse leilão global – que o sujeito A, no Brasil, saiba da existência da oferta de cereais pelo sujeito B, na Europa do Leste, que este conheça a disponibilidade da oferta de petróleo na Ásia menor, pelo sujeito C, que por sua vez encara com augúrio a oferta de laranja do sujeito A, no Brasil. E assim, indefinidamente.

O empreendedor-intermediário é um agente especial nesse modelo. Ele conecta compradores-vendedores de bens que, de outro modo, estariam insuficientemente informados uns sobre as ofertas-demandas dos outros – não poderiam ouvir suas vozes no leilão. O intermediador localiza a escassez em certas áreas e a procura potencial em outras. Ele utiliza, faz surgir, ou colabora para pôr em uso o conhecimento dos novos produtos e novos processos. Sobre tudo, de novas oportunidades.

Os lucros – e a previsibilidade da realização das vendas – estimulam as pessoas a usar o conhecimento de que dispõe (sobre como produzir a baixo custo, por exemplo). Os lucros do mercador e do empreendedor são uma força-motora decisiva no processo de mercado. A previsão da ocorrência desses lucros é ela mesma uma garantia da previsibilidade necessária para estimular a alocação dos recursos, para que enfim sejam produzidos, mais adiante no tempo, os bens mais desejados pelos consumidores.

Mas há também os mercados inter-temporais – a compra-venda de futuros, processo que acaba aliás dirigindo e comprometendo o presente. E comprometendo-o em rumos não reversíveis, o que pode ser mais um problema do que uma solução, como veremos adiante. A venda antecipada da colheita de cereal que se fará daqui a doze meses (ou seja, um contrato com opção de compra dessa colheita) é, por

exemplo, uma dessas operações que buscam contornar o risco e a incerteza – incerteza frente à eventual falta de compradores (e queda de preços) para o produtor, ou de fornecedores (e alta de preços) para o comprador-usuário. E a certeza assim adquirida, constituindo controle prévio sobre vicissitudes do mercado, garante a adoção de medidas presentes, montando-se estruturas que forneçam o trigo, para alguns dos agentes, ou que virão a transformá-lo em produtos industriais, para outros. Mas o próprio contrato que nesse ato se firma – a opção de compra da commodity trigo – transforma-se ela mesma em um outro produto financeiro, a ser vendido, também, para um terceiro, um quarto, um enésimo agente, cada um deles cultivando a expectativa de absorver sua parte-alíquota no sobrevalor gerado pelo nosso produtor primário.

Em certa medida, o intermediador financeiro e o especulador assumem, para os mercados intertemporais, o papel representado pelo mercador-intermediário nos mercados entre espaços diferentes. Trata-se contudo de um mercador em mercados voláteis. Como vimos, esses processos de compra-venda de futuros acabam dirigindo e comprometendo o presente. Mas, como adiantamos igualmente, podem compromete-lo em rumos não reversíveis, e rumos que se transformam mais em problemas do que em soluções. Senão, vejamos. O velho mercador, pela própria natureza dos objetos que faz trafegar, abandona os mercados lentamente – e, em geral, dando tempo a substituições e engendramento de alternativas. O nosso segundo mercador, o que atua no universo dos voláteis, retira-se quase sempre de modo repentino e dramático, fragilizando ainda mais aquilo que já é um mercado instável.

Chamo a atenção, neste ponto para o instigante capítulo 12 da *Teoria Geral* de Keynes. Sumarizo o quanto posso seu argumento, conservando os termos, mas alterando a ordem das frases:

“Em outros tempos, quando as empresas pertenciam, quase todas, aos que as tinham fundado ou aos seus amigos e sócios (...) as decisões de investir em negócios privados do tipo antigo [tais como] construir uma fábrica, uma estrada de ferro, de explorar uma mina ou uma fazenda (...) eram, em grande parte, irrevogáveis não só para a comunidade em geral, como também para os indivíduos. Com a separação entre a propriedade e a gestão que prevalece atualmente e com o desenvolvimento de mercados financeiros organizados, surgiu um novo fator de grande importância que, às vezes, facilita o investimento, mas que, às vezes, contribui sobremaneira para agravar a instabilidade do sistema. Na ausência de bolsas de valores não há motivo para se procurar, com frequência, reavaliar os investimentos que fazemos. Mas a bolsa de valores reavalia, todos os dias, os investimentos e estas reavaliações proporcionam a oportunidade freqüente a cada indivíduo (embora isto não ocorra para a comunidade como um todo) de rever suas aplicações. É como se um agricultor, tendo examinado seu barômetro após o café da manhã, pudesse decidir retirar seu capital da atividade agrícola entre as dez e as onze da manhã, para reconsiderar se deveria investi-lo mais tarde, durante a semana. Todavia, as reavaliações diárias da bolsa de valores, embora se destinem, principalmente, a facilitar a transferência de investimentos já realizados entre indivíduos, exercem, inevitavelmente, uma influência decisiva sobre o montante do investimento corrente. Isso porque não há nenhum sentido em se criar uma empresa nova a um custo maior quando se pode adquirir uma empresa similar existente por um preço menor, ao passo que há uma indução para se aplicarem recursos em um novo projeto que possa parecer exigir uma soma exorbitante, desde que esse empreendimento possa ser liquidado na bolsa de valores com um lucro imediato. Destarte, certas categorias de investimento são reguladas pela expectativa média dos que negociam na bolsa de valores, tal como se manifesta no preço das ações, em vez de expectativas genuínas do empresário profissional (...) reavaliações dos investimentos existentes que ocorrem todos os dias, mesmo todas as horas (...) Desse modo, o investi-

mento toma-se razoavelmente “seguro” para o investidor individual em períodos curtos e, por consequência, para uma sucessão de tais períodos, por mais numerosos que sejam, desde que ele possa razoavelmente confiar na validade do raciocínio e, portanto, tenha a oportunidade de rever suas decisões e modificar o investimento antes que haja tempo suficiente para que ocorram grandes alterações. Assim, os investimentos que são “fixos” para a comunidade tornam-se “líquidos” para o indivíduo.¹²

Retomemos uma idéia já acima enunciada. Os mercados intertemporais – como os mercado de futuros que mencionamos, envolvendo a compra-venda da colheita de cereal – buscavam contornar o risco e a incerteza, para produtores-fornecedores e compradores-usuários. A certeza daí resultante viabilizada a tomada de decisões empreendedoras presentes, a montagem de estruturas de produção que de outro modo seriam uma aventura. Os “líquidos”, nomeados por Keynes, estariam aparentemente viabilizando os “fixos”. Mas a solução – a depender do modo pelo qual é (ou não) regulada – gera efeitos instabilizadores iguais ou maiores do que os estabilizadores prometidos. Volto às previsões de nossa Cassandra Keynes:

“Se me é permitido aplicar o termo especulação à atividade que consiste em prever a psicologia do mercado e o termo empreendimento à que consiste em prever a renda provável dos bens durante toda sua existência, de modo algum se pode dizer que a especulação sempre prevaleça sobre o empreendimento. À medida que progride a organização dos mercados de investimento, o risco de um

¹² KEYNES, J. M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*, ed. Abril, S.Paulo, 1983, pp. 111-112; para confronto com as edições brasileiras, ver os originais ingleses publicados pela MacMillan – St. Martin's Press: *Collected Writing of J. M. Keynes*, v. VII – *The General Theory of Employment, Interest and Money*, 1973.

predomínio da especulação, entretanto, aumenta. Num dos maiores mercados de investimento do mundo, a saber, o de Nova York, a influência da especulação (no sentido da palavra acima exposto) é enorme. (...) Diz-se ser raro um americano investir, como o fazem ainda muitos ingleses, “para obter uma renda”, e que somente na expectativa de um ganho de capital está disposto a adquirir um título. Isto é apenas outra maneira de dizer que, quando um americano compra um investimento, está colocando suas esperanças não tanto em sua renda provável, mas em uma mudança favorável nas bases convencionais de avaliação, ou seja, que ele é, no sentido dado acima, um especulador. Os especuladores podem não causar dano quando são apenas bolhas num fluxo constante de empreendimento; mas a situação torna-se séria quando o empreendimento se converte em bolhas no turbilhão especulativo. Quando o desenvolvimento do capital em um país se converte em subproduto das atividades de um cassino, o trabalho tende a ser malfeito.¹³

Isto posto, parece-nos que se deva considerar, com menos rancor do que a moda liberal de nossos dias, outras respostas (complementares e/ou alternativas) já historicamente aventadas para esse mesmo problema – o problema de lidar com as implicações da incerteza e da indeterminação no mundo econômico.

O que foi, por exemplo, a experiência do Planejamento Indicativo, na França; digamos, ou o New Deal rooseveltiano? Sistemas em que produtores de vários ramos são encorajados, sob a coordenação e estímulo de uma agência governamental, a concertar seus planos de produção para um certo número de anos. Isto às vezes aparecia – tacitamente ou não, no momento não nos importa – como substituto para mercados intertemporais inexistentes ou com baixa probabilidade de vir a existir. Tais procedimentos poderiam garantir alguma previsibilidade

¹³ Keynes, op.cit., pp. 115-116.

para certos empreendimentos e fazer com que alguns empreendedores ganhassem em escala e velocidade, bem como apostassem em pesquisa e desenvolvimento de retorno mais lento, por exemplo. Em suma, os esses procedimentos e arranjos sócio-políticos afetavam várias externalidades – com importantes conseqüências para as ações econômicas.

O mesmo (ou algo semelhante, pelo menos) não se poderia dizer para os contratos privados intertemporais, envolvendo alguma espécie de integração vertical ou horizontal de empresas? Exemplo: contratos mais ou menos estáveis de fornecimento (incluindo o de força de trabalho – os acordos de longo prazo com sindicatos), protegidos por um forte e onipresente sistema judiciário e apólices de seguros, etc.¹⁴

Esse tipo de reflexão – sobre as diferentes respostas dadas ao problema dos mercados intertemporais, do risco e da incerteza – ganha ainda mais atualidade, quando se evidencia o aspecto problemático e instabilizador da solução mais festejada dos últimos anos, ou, para ser mais preciso, com aquilo que se caracteriza ou caracterizava como solução. Refiro-me à existência de um mercado financeiro desregulado e de moedas virtuais que estão vinte e quatro horas no ar graças às maravilhas da eletrônica. Resta saber se atualmente – com as mutações e limites impostos aos estados nacionais – resta algum espaço para algo como o planejamento indicativo, o New Deal, as câmaras setoriais, as políticas industriais, etc. – ou se análogos ou sucedâneos de tais procedimentos têm de ser pensados, agora, em uma estratégia que compreenda, desde logo, um nível internacional.

¹⁴ Este processo é sugerido pelo capítulo IV do livro de G. Arrighi (*O Longo Século XX – Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo*. Editora Unesp/Contraponto, 1996), explorando os trabalhos de Coase, Chandler, Williamson a respeito da teoria das firmas.

CELSE FURTADO, A CEPAL E A NOVA ORDEM MUNDIAL

1. Pensando num título para esta fala, ocorreu-me inicialmente uma pergunta, pondo em dúvida o próprio tema que enfrento: afinal, existe algo mais fora da nova ordem mundial do que certas idéias da passagem dos anos '40 para os '50, os anos em que a CEPAL construiu sua identidade¹⁵? É possível falar de alguma “atualidade da CEPAL”? Tudo pareceria indicar que não. Vejamos por quais razões. E tratemos em seguida de examiná-las.
2. Em primeiro lugar, o modelo econômico e social contestado pela CEPAL vingou, venceu e radicalizou – um modelo marcado pelo crescimento desigual e perverso, gerador de centros ricos e dinâmicos, confrontados (e alimentados) por periferias miseráveis e estagnadas. Mesmo aceitando a existência de polaridades deste tipo – e elas existem – teríamos hoje centros nas periferias, periferias nos centros. Em outros termos, a geografia econômica e política de nosso mundo seria pelo menos mais complexa do que aquela descrita pela CEPAL.
3. Em segundo lugar, os sonhos e projetos dos cepalinos também foram frustrados. O mais visível desses fracassos parece estar na pretensão de erigir alguma forma de controle político sobre os

¹⁵ Assunto sobre o qual publiquei um livro: *Celso Furtado – o Subdesenvolvimento e as Idéias da CEPAL*, Editora Ática, S. Paulo, 1995.

movimentos do mercado, nos planos domésticos tanto quanto no internacional.

Vejamos por exemplo estas palavras de Celso Furtado, que abrem os anos 60, num livro sintomaticamente intitulado *A Pré-Revolução Brasileira* (1962):

“(...) menos importância vão tendo as formas de organização da produção e maior o controle dos centros do poder político. Destes últimos é que se ditam, em última instância, as normas de distribuição e de utilização da renda social, sob as formas de consumo público ou privado”.

Ora, é todo o contrário que estamos hoje habituados a ouvir, de todos os lados, de analistas da mídia a cientistas sociais.

Os cepalinos advertiam, com quantas vozes pudessem, que o mercado não constituía uma matriz confiável da eficiência, da justiça e da riqueza – muito menos da estabilidade política (doméstica e internacional). Pelo contrário, a seu ver, as forças do mercado induziriam à obtenção de um produto social inferior ao possível e ao necessário. Em outros termos, levariam a uma alocação não-ótima dos recursos.

Hoje, no discurso monetarista e neoliberal hegemônico, nessa argumentação, onde se lia Mercado costuma-se ler Estado... Caberia rever o parágrafo acima trocando os termos...

4. Também parece distante e distorcido o diagnóstico formulado pela Cepal, para caracterizar os males do subdesenvolvimento – diagnóstico basicamente centrado no problema da estagnação. E nisso a Cepal não estava só – todo o pensamento de corte reformador similar ao seu, como o keynesiano, tendia para essa caracterização.

Vejamus um exemplo. No início dos anos '40, Alvin Hansen, conselheiro de Roosevelt e autor de conhecida **Introdução a Keynes**, registrava uma advertência solene:

“onde quer que haja pobreza existe um perigo para onde quer que haja prosperidade”.

Ainda uma vez somos obrigados a “atualizar” a frase. Onde se lê *pobreza*, os economistas agora hegemônicos, monetaristas e liberais, lêem *inflação*:

“onde quer que haja instabilidade e inflação existe um perigo para onde quer que haja estabilidade”.

E a mudança da leitura implica significativas mudanças de atitude política e de terapêutica econômica.

Cito um outro exemplo. O famoso Programa do Ponto IV, do governo Truman (tal como reproduzido em publicação do Departamento de Estado em 1950), fazia constar:

“Fazendo-os incapazes de realizar suas aspirações razoáveis, a *miséria* dos países subdesenvolvidos torna-os solo fértil para qualquer ideologia que lhes ofereça promessa, ainda que falsa, de caminhos que levem a uma vida melhor” (o grifo é meu)

Hoje nossos economistas liberais diriam de outro modo:

“Fazendo-os incapazes de realizar suas aspirações razoáveis, a *instabilidade monetária* dos países subdesenvolvidos torna-os solo fértil para qualquer ideologia que lhes ofereça promessa, ainda que falsa, de caminhos que levem a uma vida melhor” (o grifo é meu, a inversão dos liberais)

5. Os tempos da CEPAL eram de reforma e reconstrução, reconstrução do pós-guerra, na Europa e no Japão. Na A. Latina, reconstrução frente a uma operação secular de saque e destruição que teria sofrido a América Latina, numa guerra econômica silenciosa. Em 1947, o Conselho Econômico e Social da ONU constituiu um comitê *ad hoc* para estudar a conveniência de criação da CEPAL. Em fevereiro/1948, o CES resolve dar vida à CEPAL – por um período experimental de 3 anos. Em 1951, ela se transforma em entidade permanente da ONU.

Algumas das principais idéias dos documentos fundadores da CEPAL – em particular a deterioração dos termos de intercâmbio – podiam ser sugeridas já num famoso relatório do Secretariado da ONU (1949) - o “Relações de troca post-guerra entre países subdesenvolvidos e países industrializados”. Ali se aponta uma tendência secular à estagnação econômica nos países exportadores de produtos primários, por força do “contínuo aumento de quantidade de artigos primários que um país deve fornecer, a fim de obter uma determinada quantidade de bens para o seu desenvolvimento econômico”. Mas não apenas isso. Era denunciado também o *vínculo* essencial e determinante que tal empobrecimento firmava com a riqueza e o bem-estar do mundo industrializado:

“os países subdesenvolvidos, através dos preços que pagaram por suas manufaturas importadas, em relação ao que obtiveram por seus produtos primários exportados, contribuíram para manter um padrão de vida crescente, nos países industrializados, sem receber no preço de seus próprios produtos, uma contribuição equivalente para o seu próprio padrão de vida”

Na análise do que ocorria com os países periféricos, apontava-se um tema que seria decisivo para o nascimento da Cepal: a anulação do crescimento de renda por um desempenho perverso do mercado (as escorchantes transferências para o exterior).

Do outro lado, isto é, observando as coisas do lado de cima dessa estratificação mundial da riqueza e do bem estar, o que ocorreria caso se observasse um freio nessas transferências internacionais de riqueza? Os cepalinos advertem: devíamos esperar por turbulências no interior dos países subdesenvolvidos, tensões internacionais crescentes, instabilidade da paz social nos países industrializados, já que o silêncio metropolitano dependia de um padrão de riqueza mantido pela sucção imposta à periferia subdesenvolvida. A Cepal tinha todos os motivos para lembrar que a reforma desse mundo, instável e periclitante, deveria interessar a gregos e troianos.

O pensamento cepalino deveria contestar frontalmente a clássica doutrina ricardiana da especialização vantajosa, assim como a sua versão mais sofisticada, a “teoria pura do comércio internacional”. Como consequência política, deveria apontar a necessidade de uma política econômica intervencionista, protecionista e industrializante no interior dos países subdesenvolvidos. Este caminho seria a única esperança de sobrevivência para os dois mundos – a única forma de combinar estabilidade, controle social e liberdade de iniciativa.

É conhecido o modelo da realidade econômica mundial, desenhado pela CEPAL: estrutura centro-periferia que se auto-reproduz, eternizando (e não moderando) ritmos diferentes na absorção dos frutos do progresso técnico. Subdesenvolvimento não é, nessa imagem, um estado de atraso numa sequência unilinear e homogênea de trans-

formações quantitativas. A imagem cepalina toma de Ragnar Nurkse a formulação célebre do “círculo vicioso da pobreza”. E de Gunnar Myrdal uma sua derivada: a “causação circular e cumulativa” da exclusão sócio-econômica.

Em suma, para a Cepal a industrialização da América Latina, indispensável para resolver todos os outros gargalos da história, só encontraria saída através de uma ruptura deliberada, de um ato político. A “Agenda” estatal seria necessária até mesmo para permitir e proteger a própria livre iniciativa. O pensamento cepalino retoma, também aqui, um tema encontrável em seu irmão gêmeo do lado de cima do equador, o keynesianismo. Trata-se da idéia de um planejamento sistemático e global, até mesmo para permitir o não sistemático e capilar processo de livre iniciativa

6. Isto posto, parece-nos cada vez mais presente a pergunta: serão mesmo inatuais as idéias da Cepal – tais como por exemplo aquela que se refere à anulação do crescimento de renda e da poupança investida, anulação causada por um desempenho perverso do mercado (transferências para o exterior)?

Notemos que entre 1980 e 1990 os preços dos produtos industriais cresceram 40% em média, nos mercados mundiais. Em contrapartida, os preços das matérias-primas minerais e produtos agrícolas caíram 40%. O que temos aí, para os países que não venceram a corrida da industrialização: desenvolvimento ou estagnação, deterioração secular dos termos de troca? E qual a situação dos países que se industrializaram, quando isto se deu graças à subordinação política e ao endividamento, num mundo de taxas de juros flutuantes? Em 1990, a

dívida externa latino-americana atingiu níveis estratosféricos, comprometendo não apenas a viabilidade econômica dos países da região: punha em risco sua estabilidade social e política. E a maior parte da dívida nova decorre do *serviço* da dívida.

Não por acaso, em dias recentes, as aventuras do capital volátil, especulativo e cigano, assustaram alguns governantes latino-americano, inclusive aqueles seduzidos pela nova linguagem do mercado livre e da integração competitiva. Foram forçados a reconhecer, pelo menos retoricamente, que é preciso ter mecanismos políticos, para evitar vendavais financeiros que desarticulem tramas sociais territorializadas.

7. E é por essa última via – a do capital volátil, especulativo, fluído – que chego a meu último item: a CEPAL tem data, pensa a partir de certos pressupostos e dentro de certa brecha da história. É filha legítima do que poderíamos chamar de pequeno século XX, algo que existiu mais ou menos entre 1930 e 1970.¹⁶

Esse período começa, mais propriamente, em 1931, com a “quebra dos grilhões de ouro” ingleses. O padrão-ouro, a disciplina deflacionária dos mercados, o mandamento da conversibilidade cam-

¹⁶ Estou evidentemente parodiando o denso e instigante livro do Giovanni Arrighi. E para o que segue devo fazer referência a um trabalho recente, que tive oportunidade de co-orientar, com Sebastião Velasco e Cruz. É um estudo de Pedro Paulo Zaluth Bastos para sua dissertação de mestrado, a respeito das aventuras e desventuras da história monetária contemporânea: *A revolta dos financistas: a política dos objetivos econômicos nacionais na era da transnacionalização capitalista* (IFCH, outubro de 1996)

bial, construíam um quadro de restrições decisivas frente à autonomia política nacional de criar “dinheiro político”.

As reações nacionais à crise passaram por várias formas e deram vida a alguns dos mais importantes movimentos políticos do pequeno século XX – o isolacionismo, o nacionalismo, os sonhos de autarcização econômica, etc. Em todos esses casos, o que estava em causa era a defesa de um conjunto de compromissos e ordens sociopolíticas domésticas, contra as vicissitudes de mercados internacionalizados, em crise descontrolada. Os movimentos nacionalistas – de várias cores e matizes – não poderiam deixar de contestar, evidentemente, os “elos de transmissão” dos distúrbios internacionais desagregadores, elos econômicos, comerciais e financeiros.

Desse modo, um determinado significado político esteve ligado à quebra dos “grilhões de ouro”: esse libertar governos nacionais da necessidade de legitimar-se junto aos controladores de finanças internacionalmente móveis. As políticas governamentais ganhavam, relativamente, espaço para enfrentar as exigências da credibilidade financeira internacional. A legitimação das políticas de Estado passava a depender, em maior escala, e com mais ênfase, de um equilíbrio de forças nacionais. As políticas econômicas, em particular, poderiam tentar manipular os incentivos às decisões capitalistas, não mais para preservar regras de câmbio fixas, mas para incentivar a recuperação das decisões de investimento, de alocação de recursos, inclusive do recurso emprego.

Tivemos assim, na década de 30 – e a partir de então, cada vez mais – políticas orçamentárias *deliberadamente* deficitárias, visando administrar preços domésticos de ativos financeiros e reais e evitar deflações e suas conseqüentes perdas patrimoniais. E isso com os mo-

delos e coalizações políticas que a tal se adequavam. É nesse quadro que se inserem fenômenos políticos como o Estado desenvolvimentista, a expansão das atividades dos bancos centrais (emprestador em última instância), o crescimento dos gastos do *big government*. Os programas políticos e plataformas eleitorais deveriam (e poderiam) contemplar, cada vez mais, a defesa da rentabilidade dos investimentos, de níveis de emprego e da provisão de serviços sociais e infraestruturas através do aparelho de Estado.

É possível constatar, contudo, um gradual renascimento da liberdade financeira internacional – gradual até início dos anos 70; depois disso, o “renascimento” é um pouco mais forte. O que voltaria a retirar margens de manobra das políticas dos Estados nacionais. O poder de veto dos financistas internacionais foi tremendamente aumentado. No capitalismo contemporâneo, é visível o crescente poder político dos portadores de recursos financeiros líquidos, em geral. Poder de conferir legitimidade, credibilidade, veto, etc. às políticas governamentais de países cada vez mais integrados internacionalmente. Subordinando objetivos políticos dos governos aos raios de manobra abertos pelas “restrições externas”. Obrigando autonomias governamentais a recuar, para caber nos limites políticos abertos pelo interesse de restaurar a confiança financeira internacional e, assim, “salvar a moeda”.

O preço político da nova situação é caro: requer que se subordine (assimetricamente) objetivos regulatórios domésticos à preservação da solvência cambial e da integração (assimétrica) do espaço econômico nacional à ordem internacional além do mais, é um preço evidentemente monitorado e cobrado pelos especuladores internacionais.

8. Frente a tal contexto – e à aceitação de seus limites, o que é também uma atitude política e não apenas uma suposta “decorrência dos fatos” –, nada mais deslocado do que o pensamento da CEPAL.

Contudo – reitero. com os poucos e grosseiros dados numéricos que acima citei – será inatural o tema da deterioração dos termos troca? E o da anulação do crescimento de renda por um *desempenho perverso do mercado* (transferências para o exterior)? . . .

9. No entanto, há no pensamento da CEPAL um outro elemento que me parece ainda mais atual e sempre atual, necessário, indispensável mesmo a todo pensamento crítico. Trata-se de elemento profético (desagradavelmente profético), similar ao das construções alegóricas com que Keynes, há setenta anos, advertia sobre as consequências econômicas da paz, ou para os desdobramentos do conformismo neoclássico. É o elemento Cassandra.¹⁷

Centros nas periferias, periferias nos centros: a Geografia econômica e política dos nossos dias é mais complexa do que a Cepal previa, como eu já disse antes. Mais complexa, mas não necessariamente distinta, se atentarmos para o fato de que, no mundo da flexibilização do trabalho e da produção, o que temos pela frente, em todos os cantos do planeta, é o trabalho precário, o desemprego em massa, o desmonte da seguridade social e do Estado de Bem-Estar.

¹⁷ Para o caso de Keynes, tomo a liberdade de referir um pequeno artigo que escrevi: “O estranho mundo de Keynes e Cassandra”, em *Idéias*, Ano 2, n. 2, julho/dezembro de 1995, IFCH-Unicamp.

No pensamento cepalino, a estabilidade do mundo civilizado estava por um fio. Arriscava desabar, violentado pelas hordas famintas do terceiro-mundo. Hoje, a divisão espacial dos mundos não é a mesma. Até porque desmontou-se o Segundo Mundo, essencial aliás às estratégias de movimentos políticos nacionalistas no pequeno século XX. O antigo Terceiro Mundo, como disse, passou por transformações não previstas e até mesmo negadas pelo modelo estagnacionista cepalino. Passou a conter pedaços de centros. Mas no Terceiro como no Primeiro mundo, as periferias da exclusão e da violência sobreviveram, germinaram, adquiriram formas diferentes e, em muitos casos, ainda mais virulentas.

Pensados fora da história, os cepalinos poderiam ser acusados de Quixotes: combatem moinhos de vento e pagam o preço de não perceber o quanto mudaram os tempos. Mas há uma outra figura literária que também lhes cabe. Páris pagou caro por não ouvir Cassandra. Como pagaram caro os troianos, por não dar crédito às estórias de um certo cavalo de pau. Precisamos de Cassandras. Sobretudo quando o excesso de sorrisos no rosto de governantes ilustrados parece muito menos a confiança da razão e muito mais a arrogância do poder conquistado a qualquer preço.

Acredito que Cassandras como os cepalinos e Keynes merecem ser lidos e estudados. Não para que adotemos as soluções e programas que preconizavam. Mas para examinar como souberam fazer as perguntas certas e reconhecer problemas onde a ortodoxia enxergava certezas.



NOME (Name): _____

ENDEREÇO (Address): _____

RECEBEMOS: _____
We have received: _____

FALTA-NOS: _____
We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____
We are sending in exchange: _____

DATA: _____
Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA
SUSPENSÃO DA REMESSA**
Non-acknowledgement of receipt will indicate that further
publications are not wanted.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
13083-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (019) 788.1603 / 788.1604
Telefax (019) 788.1589